



Caracterização político-organizativa e da estabilidade dos governos Gabriel Boric no Chile e Gustavo Petro na Colômbia

Igor Dantas¹

Resumo

O ano de 2022 marcou a vitória eleitoral da esquerda em alguns países da América Latina. Gabriel Boric (e a coalizão Apruebo Dignidad) no Chile e Gustavo Petro (com a coalizão Pacto Histórico) na Colômbia foram dois desses casos, eleitos democraticamente após anos de descontentamento com políticas neoliberais e protestos em seus países. O contexto histórico da região e os neogolpes ocorridos na última década nos levam a buscar entender como esses governos têm atuado para se estabilizar no cargo durante os dois primeiros anos de seus mandatos (2022 e 2023) e como os partidos e coalizões envolvidos podem ser caracterizados, já que há grande diversidade organizativa nas experiências da esquerda latinoamericana. Com base na tipologia de partidos de esquerda presente na obra “Vitórias na crise”, de Fabrício Pereira da Silva e na teoria de instabilidade presidencial de Aníbal Pérez-Linán, o artigo buscará entender como se portam esses governos, como foi o processo eleitoral e a trajetória até que suas coalizões chegassem ao poder e possíveis riscos de queda.

Palavras chave: Colômbia, Chile, Estabilidade política.

Caracterización político-organizativa y estabilidad de los gobiernos de Gabriel Boric en Chile y Gustavo Petro en Colombia

Resumen

El año 2022 marcó una victoria electoral de la izquierda en algunos países latinoamericanos. Gabriel Boric (y la coalición Apruebo Dignidad) en Chile y Gustavo Petro (con la coalición Pacto Histórico) en Colombia fueron dos de esos casos, elegidos democráticamente después de años de descontento con las políticas neoliberales y las protestas en sus países. El contexto histórico de la región y los neogolpes ocurridos en la última década nos llevan a buscar comprender cómo han actuado estos gobiernos para estabilizarse en el poder durante los dos primeros años de sus mandatos (2022 e 2023) y cómo se pueden caracterizar los partidos y coaliciones involucradas, ya que existe una gran diversidad organizativa en las experiencias de la izquierda latinoamericana. A partir de la tipología de partidos de izquierda presentada en la obra “Vitórias na crise”, de Fabrício Pereira da Silva y de la teoría de la inestabilidad presidencial de Aníbal Pérez-Linán, el artículo buscará comprender cómo se comportan estos gobiernos, cómo fue el proceso electoral y la trayectoria hasta que sus coaliciones llegaron al poder y los posibles riesgos de caída.

Palabras clave: Colombia, Chile, Estabilidad política.

¹ Doutorando em Ciência Política pela Unirio. oliveira.igordantas@gmail.com

Political-organizational characterization and stability of the governments of Gabriel Boric in Chile and Gustavo Petro in Colombia

Abstract

The year of 2022 marked the electoral victory of the left in some Latin American countries. Gabriel Boric (and the Apruebo Dignidad coalition) in Chile and Gustavo Petro (with the Pacto Histórico coalition) in Colombia were two of these cases, democratically elected after years of discontent with neoliberal policies and protests in their countries. The historical context of the region and the neo-coups that occurred in the last decade lead us to seek how these governments have acted to stabilize themselves in office during the two first years of their mandates (2022 e 2023) and how the parties and coalitions involved can be characterized, since there is great organizational diversity in the experiences of the Latin American left. Based on the typology of left-wing parties present in the work “Vitórias na crise”, by Fabrício Pereira da Silva and on the theory of presidential instability by Aníbal Pérez-Linán, the article will seek to understand how these governments behave, what the electoral process was like and the trajectory until their coalitions came to power and possible risks of downfall.

Key words: Colombia, Chile, Political stability.

Introdução

O ano de 2022 marcou a chegada ao poder de dois governantes de esquerda no Chile e Colômbia (Gabriel Boric e Gustavo Petro), neste último caso sendo a primeira vez que um presidente desse campo político venceu uma eleição no país. Ambos souberam como dialogar com a população após períodos de grande insatisfação e protestos, superando um cenário regional recente de fortalecimento da extrema direita e inclusive de golpes a mandatários progressistas.

Desse modo, este trabalho buscará entender como se caracterizam as forças políticas que chegaram ao poder nesses dois países e como elas tem governado e mantido uma relativa estabilidade no cargo nesse contexto desafiador, principalmente quando comparado ao período da chamada onda ou maré rosa, no início dos anos 2000, em que diversos presidentes de esquerda foram eleitos na região, prometendo reduzir desigualdades e superar o projeto neoliberal em seus respectivos países (Panizza, 2006).

Vejamos o caso colombiano. Um país que desde meados do século XX até os dias de hoje convive com territórios dominados por guerrilhas e em nome da guerra ao narcotráfico aceita inclusive a ingerência dos EUA com inúmeras bases militares instaladas no país (Veja Cantor, 2012). Em um local assim se torna mais surpreendente a eleição da coalizão Pacto Histórico, encabeçada por Gustavo Petro e a vice Francia Márquez.

Petro já havia sido prefeito de Bogotá e vinha tentando se eleger presidente há mais de uma eleição, já Francia é um nome vindo dos movimentos sociais, ligada a luta antirracista, feminista e ambiental (G1,2022).

O Pacto Histórico é formado justamente por essa espécie de frente de uma esquerda mais institucional com novos movimentos sociais (Razón publica, 2024). que ganharam maior protagonismo após os protestos ocorridos durante a gestão de Ivan Duque, motivados pelo alto custo de vida e falta de perspectivas e catalisados após grande repressão policial.

A Colômbia é a terceira economia da América do sul e possui um contexto histórico bastante particular, que nos convida a entender mais e justifica a escolha desse país como um dos focos do trabalho.

Quanto ao Chile, não vive a primeira experiência de esquerda, mas ainda assim é um fato que trouxe grande comemoração, já que a primeira experiência com Salvador Allende foi tragicamente interrompida por um violento golpe cívico-militar em 1973 e a experiência do governo de centro-esquerda de Michele Bachelet sofreu muitas críticas por não ter superado a constituição da época de Pinochet e sua perspectiva neoliberal.

Gabriel Boric e outros membros de seu governo, como Camila Vallejo, inclusive foram parte integrante de movimentos críticos ao regime educacional chileno, nas manifestações de 2011 (Castro; Aras 2023). Assim como na Colômbia, o Chile vivenciou massivas manifestações em 2019 (O chamado Estalido social) que protestavam contra os altos preços do transporte e custo de vida em geral, pediam por uma nova constituição que superasse antigos problemas como o sistema previdenciário privado (Jimenez-Yanes, 2020).

Hipótese

Ambos os governos sofrem com ameaças semelhantes a outros governos atuais e no passado recente na região, mas trazem alguns elementos novos em relação a outras experiências de esquerda na região.

Problema de pesquisa

Como se caracterizam os partidos que estão no governo? Como têm se dado sua relação com o parlamento e os movimentos sociais? Eles correm risco de queda ou estão estáveis?

Metodologia/Marco teórico

O artigo buscará fazer análise de texto com fontes primárias e secundárias, e embasará essa análise em duas obras. O artigo “A Two-Level Theory of Presidential Instability” de Aníbal Pérez-Liñan e o livro “Vitórias na crise - trajetórias das esquerdas latino-americanas contemporâneas” de Fabrício Pereira da Silva.

Pérez-Liñan (2014) desenvolve seu argumento, analisando como a interação com o legislativo e com movimentos políticos nas ruas podem proteger ou ameaçar presidentes na região da América Latina. Em suma, ter um “escudo legislativo” pode proteger um presidente altamente impopular, assim como um “escudo popular” bem mobilizado evitaria riscos de impeachment/neogolpes. Em casos que o presidente não possuísse nenhuma defesa do tipo, o risco de queda aumentaria consideravelmente.

Cita autores como Arturo Valenzuela (2004), que consideram que essas frequentes crises no presidencialismo só confirmam os perigos desse tipo de regime e, por vezes, as crises escalam até que se questione a ordem constitucional do respectivo país. Mas o que o autor coloca, juntamente a outros pesquisadores do tema (Bosser 2006; Carey 2005; Marsteintredet e Berntzen 2008; Mustapic 2005; Pérez-Liñán 2005; Schamis 2002 apud Pérez-Liñán, 2014).), é que esses conflitos que o executivo passa não chegam a representar um risco democrático, se aproximando mais de uma “parlamentarização” do presidencialismo, com o impeachment fazendo as vezes de voto de desconfiança e o legislativo assumindo um protagonismo maior nos regimes.

A teoria dos dois níveis

No nível primário/causal, Pérez-Liñan visualiza os movimentos sociais e o legislativo como potenciais ameaças de encurtar o mandato do chefe do executivo. Essa possibilidade pode ser reduzida em caso de um contrapeso que defenda o presidente, o que é melhor explicitado no seguinte quadro:

Quadro 1 – Possíveis configurações de movimento social e ação legislativa

Configuração	Movimentos sociais	Legislativo	Risco de queda presidencial
1	Não ameaça	Sem escudo	Não
2	Não ameaça	Escudo (potencial)	Não
3	Ameaça	Sem escudo	Sim
4	Ameaça	Escudo	Não?
5	Sem escudo	Não ameaça	Não
6	Escudo (potencial)	Não ameaça	Não
7	Sem escudo	Ameaça	Sim
8	Escudo	Ameaça	Não?

Fonte: adaptado de Pérez-Liñán (2014)

Nível secundário: Explicará melhor os conceitos de ameaça e escudo tanto no caso dos legisladores como nos movimentos populares:

Quadro 2 - Condições em duas configurações possíveis

	Configuração 4	Configuração 8
Ameaça	Movimentos sociais: Ampla coalizão social (setores populares e classe média) tomam as ruas contra o governo e suas políticas	Legisladores: Congresso tem a autoridade constitucional de remover o presidente; Oposição é maioria e pretende tomar controle do governo.
Escudo	Legisladores: Coalizão governamental controla a maioria e evita divisões	Movimentos sociais: Alta taxa de aprovação presidencial; Ampla coalizão toma as ruas em apoio ao presidente.

Fonte: Adaptado de Pérez-Liñán (2014)

Obviamente contextos locais afetarão a composição de classe dos movimentos sociais, suas reivindicações e setores envolvidos, o autor cita alguns exemplos, como a representação

de uma classe média por professores, servidores públicos, profissionais liberais e donas de casa.

Quanto ao escudo legislativo é basicamente quando o governo ou coalizão que o apoia possui maioria na(s) câmara(s) e não há grandes oposições (Llanos e Marsteintredet 2010; Mainwaring e Shugart 1997; Mejía Acosta e Polga-Hecimovich 2011; Pérez-Liñán 2003, 2007 apud Pérez-Liñán, 2014).

Com essa teoria, visa-se analisar a relação com o legislativo, movimentos sociais e consequentemente a estabilidade dos governos Petro e Boric.

Livro “Vitórias na crise - trajetórias das esquerdas latino-americanas contemporâneas”

No livro “Vitórias na crise - trajetórias das esquerdas latino-americanas contemporâneas” Pereira da Silva (2011) faz uma caracterização de alguns dos partidos de esquerda que chegaram ao poder na América latina nos primeiros anos do século XXI. Aqui se focará em utilizar uma chave analítica semelhante aos termos do autor para tipificar partidos, buscando entender se os atuais governos colombiano e chileno se enquadram nos critérios ou se possuem diferenças importantes.

Fabricio considera os principais partidos de esquerda latino americanos como tendo elementos de partido catch all ou profissional eleitoral, mas não se resumem a essas tipologias. Ele adotará a tipologia de Gunther e Diamond (2003) que apresenta cinco gêneros de partidos: elitistas; de massas; etnicistas; eleitoralistas e movimentistas. Eles se desdobram em 15 espécies:

Quadro 3 – Tipologia de partidos de Gunther e Diamond (2003)

Elitistas	De massas	Etnicistas	Eleitoralistas	Movimentistas
- tradicionais de notáveis locais	- religiosos denominacionais	- étnicos	- catch-all	- esquerda libertária
- clientelistas	- fundamentalistas	- congressuais	- personalistas	- pós industriais de extrema direita
	- nacionalistas pluralistas		- programáticos	
	- ultranacionalistas			
	- socialistas “de classe e massas”			
	- leninistas			

Fonte: Pereira da Silva, 2011.

Muitas vezes um partido terá traços de mais de um tipo, e pode inclusive mudar durante o tempo, se identificando mais com outros modelos.

O autor critica tipologias que se baseiam em análises dicotômicas a estilo bem contra o mal. Enquanto uma esquerda definida como socialdemocrata é considerada democrática e adepta às regras do sistema, as esquerdas colocadas como populistas seriam autoritárias, pouco afeitas ao jogo democrático e às instituições. Para Fabrício essas classificações tem mais a ver com o local em que se originaram, no norte global, do que com partidos da América Latina.

Alguns autores trabalham essas categorias de maneira menos rígida, relacionando com as características dos sistemas nacionais em que estão inseridos (os socialdemocratas em países com instituições mais sólidas enquanto os populistas em sistemas políticos em colapso devido a reformas neoliberais e crises partidárias).

Para Sader (2009) é importante ressaltar também as semelhanças. Enquanto em experiências como Bolívia, Equador e Venezuela são mais decididamente contra o neoliberalismo, há partidos mais moderados que visam flexibilizar o neoliberalismo, minimizando seus problemas. Ambas estariam enquadradas como “progressismo” em uma perspectiva “pós neoliberal”.

Vejamos algumas classificações:

Quadro 4 – Classificações de partidos para diversos autores

Ênfase nas diferenças	Ênfase nas semelhanças
<p>“<i>Social-democratas</i>” e “<i>populistas</i>” Castañeda (2006): “<i>militante</i>” Panizza (2006), Roberts (2008), Alcántara (2008) e Lanzaro (2009): “<i>analíticos</i>”, argumento institucional</p> <p>“<i>Democratas</i>” e “<i>autoritários</i>” Petkoff (2005) e Mires (2008): “<i>militantes</i>”</p> <p>“<i>Institucionais</i>” e “<i>outsiders</i>” Rouquié (2007), Lazo (2007), Reynoso (2008) e Cleary (2009): argumento institucional</p> <p>“<i>Políticos</i>” e “<i>sociais</i>” Garretón (2006)</p> <p>“<i>Rentistas</i>” e “<i>não rentistas</i>” Weyland (2009)</p>	<p>Sader (2009): duas esquerdas, ambas “<i>pós-neoliberais</i>”</p> <p>Ramírez Gallegos (2006) e Saint-Upéry (2008): “<i>ciclo político comum</i>” acima de notáveis diferenças nacionais</p> <p>Natanson (2008): “<i>esquerda governante</i>” acima de diferenças em cada tema</p> <p>Stokes (2009): esquerda moderadamente globalizada</p>

Fonte: Pereira da Silva, 2011.

Para o autor classificações dicotômicas devem ser superadas por classificações mais multidimensionais, mutáveis e mais complexas. Para isso ele irá analisar o que distingue os partidos de esquerda objetos de sua pesquisa.

Um fenômeno ocorrido nos partidos que chegaram ao poder é a progressiva institucionalização dessas esquerdas. No entanto, apesar de esse movimento apontar em uma mesma direção, eles apresentam graus de institucionalização distintos, seja pelo tempo de existência, seja por seu desenvolvimento histórico, seja por suas relações com outros grupos. É um dos fatores importantes a se considerar na análise dos partidos em questão.

Outro ponto estudado se refere ao tipo de liderança e sua autonomização em relação à organização. No contexto da onda rosa, algumas delas assumiram um maior grau de autonomia, se colocando com mais poder que suas próprias organizações (o que colaboraria para um mais baixo grau de institucionalização). Entender, portanto, como é a relação da liderança com o partido é também um fator que não pode faltar.

Na questão da identidade ideológica algumas esquerdas da região são mais fieis a uma origem socialista/anticapitalista e mantém, ao menos na aparência, a superação do capitalismo como objetivo estratégico, mantendo em suas análises conceitos como luta de classes e outras referências marxistas. Não é o caso de partidos que são mais integrados ao regime democrático local, visando metas mais ligadas a redução da desigualdade e outras reformas mais imediatas.

Se relaciona a esse fator também o grau de críticas ao neoliberalismo por parte desses partidos de esquerda. Essa ideologia vinda do norte global que há algumas décadas influencia

diversos governos na região em suas políticas econômicas liberais e de cortes de gastos sociais é alvo de críticas, mas ao mesmo tempo, quando se passa a administrar governos locais existe também um grau de adaptação neoliberal em alguns desses partidos.

Por último a relação com a democracia. O autor não considera nenhum dos governos de esquerda eleitos na região como antidemocráticos, mas demonstra que existem diferenças na relação com a democracia. Enquanto partidos como o PT no Brasil e o Frente amplo no Uruguai tem maior integração a instituições da democracia representativa tradicional, experiências como a do MAS na Bolívia e PSUV na Venezuela apostam em fomentar mais espaços de democracia direta, que os ajudam a governar e mobilizar suas bases sociais.

Esquerdas entre a refundação e a renovação

Após analisar diferenças quanto a institucionalização, lideranças, ideologias, grau de integração as democracias e de crítica ao neoliberalismo, chega-se à seguinte conclusão:

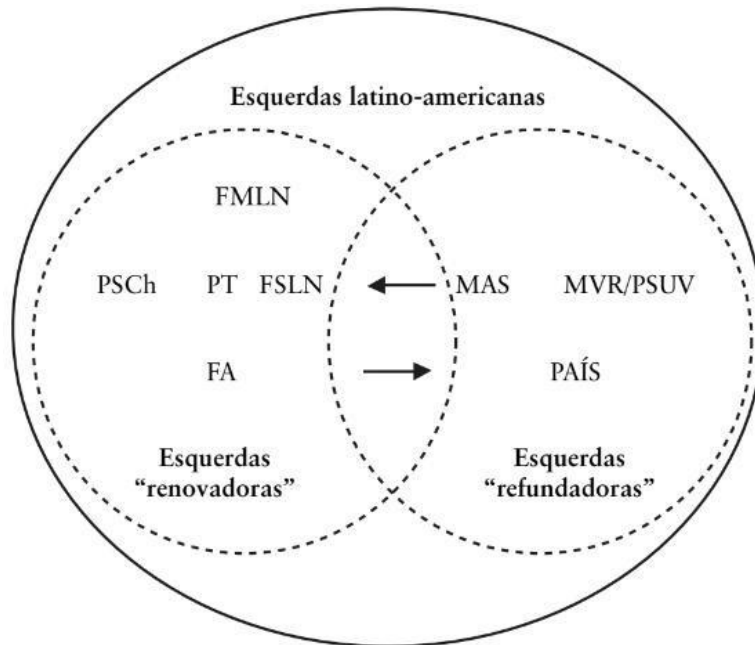
assim, vê-se que as esquerdas latino-americanas enquanto tais constituem um único “conjunto”, mas elas se dividem em dois “subconjuntos”: as “renovadoras” e as “refundadoras”. As primeiras são caracterizadas por um grau maior de institucionalização, maior integração ao sistema político, aceitação das instituições da democracia representativa na forma “realmente existente” em seus países e pela crítica moderada ao neoliberalismo. As segundas são caracterizadas por um nível mais baixo de institucionalização, menor integração ao sistema político, pela integração crítica às instituições da democracia representativa e pela crítica radical ao neoliberalismo. As primeiras pretendem “renovar” a política e o governo de seus países com uma abordagem mais igualitária, estatizante e ética. As segundas propõem “refundar” suas institucionalidades, seus sistemas partidários e o Estado como um todo, superando mais radicalmente o status quo vigente no momento em que chegaram ao poder, associado geralmente a um colapso dos sistemas partidários e institucional (Pereira da Silva, 2011, p. 254).

Classificar como refundadores ou renovadores não visa a exata reprodução entre esquerda “reformista” e “revolucionária”. As esquerdas analisadas são “reformistas”, chegam ao poder pela via eleitoral, democraticamente e não caminham para a superação do sistema capitalista. A diferença estaria em:

...alguns propõem reformas sem questionar e superar em definitivo o neoliberalismo, enquanto outros propõem reformas articuladas com a meta de refundar o “Estado em torno da esfera pública, de modo a possibilitar a constituição de um novo bloco de forças no poder e o avanço na resolução da crise hegemônica na direção pós-neoliberal” (Sader, 2009, p. 129 apud Pereira da Silva, 2011).

Vejamos a representação gráfica usada pelo autor nos partidos estudados:

Gráfico 1 – Subgrupos das esquerdas latino-americanas



Fonte: Pereira da Silva, 2011.

No livro, os partidos analisados e suas respectivas classificações organizativas de acordo com a tipologia de Gunther e Diamond (2003) são:

Quadro 5 – Tipologia dos partidos analisados por Pereira da Silva

Tipos de partidos	Partidos
Eleitoralista programático	PT, FA, PSCh, FSLN, FMLN
Movimentalista / Étnico-congressual	MAS
Personalista	País, MVR/PSUV

Fonte: adaptado de Pereira da Silva (2011).

Entender como se caracterizam enquanto organizações e onde se localizam neste gráfico os partidos governistas da Colômbia e do Chile será parte fundamental da análise.

Resultados

Chile

Contexto prévio

Gabriel Boric foi eleito presidente em 2022 com apenas 36 anos, o mais jovem da história do Chile. Presidiu a federação dos estudantes durante os protestos de 2011, que lutavam por uma educação pública, gratuita e de qualidade, além de irem contra a mercantilização do sistema previdenciário e de saúde. (Castro; Aras 2023) Foi deputado de 2014 a 2022 (Directorio Legislativo, 2022). Em 2018 funda o partido Convergencia Social, que atua dentro da Frente amplio (frente política com os partidos Revolución Democrática, Partido Comunes, recém fundada em um partido propriamente dito). (Biblioteca do congresso nacional do chile, 2023)

Em 2021 O Frente amplio se alia ao Partido Comunista chileno e outros movimentos sociais e, após um processo de prévias, decide que Boric será o candidato da coalizão na eleição daquele ano.

O plano de governo teve quatro eixos (Apruebo dignidad, 2021): Descentralização, feminismo, crise climático e trabalho digno. Essas foram algumas das propostas que constavam no plano:

- Aumento do salário mínimo e redução da jornada de trabalho a 40 h semanais;
- Criar um sistema educacional público, gratuito e de qualidade;
- Garantir internet como um serviço básico;
- Criar uma empresa estatal de lítio;
- Reforma tributária com impostos progressivos;
- Democratização do sistema de saúde com universalização da atenção primária;
- Adoção de uma estratégia para lidar com a crise climática com foco em gestão produtiva e transição ecológica justa.

Em dezembro de 2021 Gabriel Boric é eleito com cerca de 55% dos votos, contra Jose Antonio Kast, sendo o presidente mais votado da história do país em números de votos (4,6 milhões de eleitores) (G1, 2021). A coalizão elegeu 37 deputados e 6 senadores, o que não se configura maioria em um congresso bicameral com 150 cadeiras de deputado e 55 senadores.

Para Luna (2022) de fato se trata de uma “nova esquerda”, não somente a nível geracional, mas que se diferencia por seu feminismo, multiculturalismo, combinando forte consciência ambiental com as pautas tradicionais da esquerda como a redução da desigualdade. Para a autora a coalizão eleita também representa forte compromisso democrático e com os direitos humanos, mesmo que isso envolva criticar os governos de Cuba e Venezuela, por exemplo.

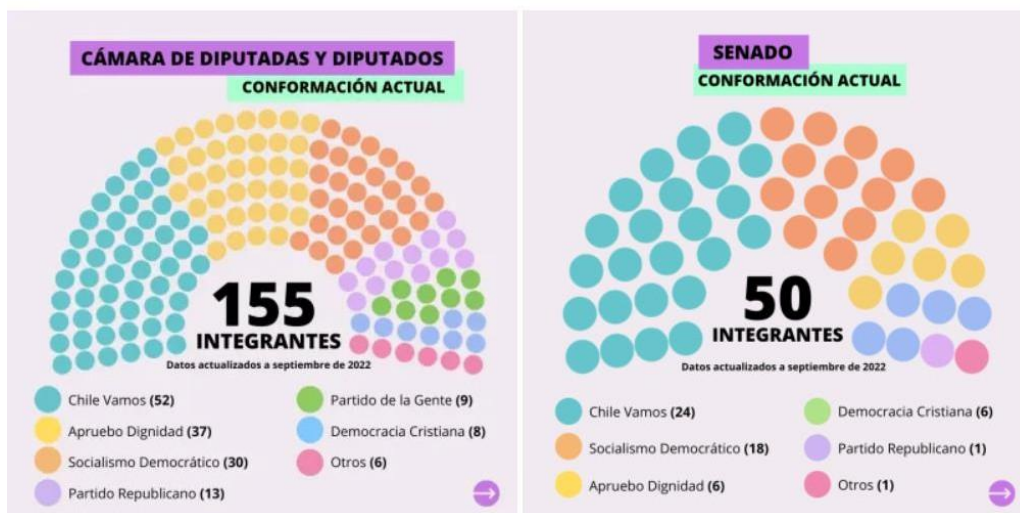
Parece ter havido uma associação de Boric como candidato que mais representava as demandas da parcela da sociedade chilena que foi às ruas em 2019 no “Estallido”, por seu histórico no movimento estudantil e por não ter relação com os blocos de direita e centro esquerda que estiveram em governos após a redemocratização de 1990 (Castro; Aras 2022). Apesar do Estallido não ter tido uma direção de um partido ou movimento em particular, esses protestos aceleraram a renovação geracional na arena política chilena, incluindo vozes até então marginalizadas no processo político e assim propiciando condições para a vitória de Boric (SOMMA, DONOSO 2022).

O governo Boric (No período 2022-2023)

O governo toma posse em abril de 2022 e a opção por uma maioria de mulheres na nomeação dos ministérios e demais cargos do gabinete presidencial (Luna, 2022) já denota uma escolha política em prol da diversidade.

Por não possuir maioria em ambas as casas legislativas, o governo opera em dois níveis de coalizão, o Apruebodignidad que reúne Frente amplio e o partido comunista se junta ao Partido Socialista (PS) e o Partido por la democracia (PPD), no que se amplia em número, também se caracteriza como um bloco mais heterogêneo.

Gráfico 2 – composição da câmara e do senado chileno (2022-2026)



Fonte: La neta (2022)

Partidos de cada Coalizão (La neta, 2022):

- Chile Vamos: *Renovación Nacional (RN)*, *Unión Demócrata Independiente (UDI)* e *Evópoli* (com 76 parlamentares entre senado e câmara);
- *Socialismo Democrático*: *Partido Socialista (PS)*, *Partido por la Democracia (PPD)*, *Partido Radical (PR)*, *Partido Liberal (PL)* e a plataforma *Novo Trato* (com 48 parlamentares);
- *Apruebo Dignidad*: *Frente Amplio* (composta por *Convergencia Social*, *Revolución Democrática (RD)* e *Comunes*), *Partido Comunista*, *Federación Regionalista Verde Social (FRVS)* e *Acción Humanista (AH)* (com 43 parlamentares).

Em campanha, Boric prometeu aumentar gastos sociais e realizar reformas, além de ter de passar isso no legislativo, terá de lidar com os desafios impostos pela chamada responsabilidade fiscal como o pagamento da dívida pública e o constante controle para que não haja déficit nas contas públicas. Para Peña e Silva (2023), por isso o governo foi forçado a levar medidas que fomentem o investimento estrangeiro e o comércio internacional.

Falando em economia, o governo Boric optou pela continuidade ao nomear Mario Marcel como ministro da fazenda, um nome próximo ao PS, que foi presidente do banco central até 2022 e tem fortes conexões com o empresariado (Olguín, 2023). Os principais dados econômicos do período foram um crescimento do PIB de 2,1% em 2022 e apenas 0,2% em 2023 (Datosmacro, 2024; El país, 2024), inflação de 12,8% em 2022 e 3,9% em 2023 (France24, 2024) e taxa de desemprego em 7,9% em 2022 e 8,5% em 2023 (um número um pouco mais alto dos patamares pré pandemia covid 19, que estavam em 7,8%, mas abaixo em comparação com o pico do período pandêmico, em que o desemprego chegou a 13,1% da população) (Trading economics, 2024). Conciliar essa continuidade de uma economia mais ortodoxa e que responde a demandas da classe burguesa com o fortalecimento das políticas sociais prometidas é um desafio para o governo.

Outros desafios estão sendo lidar com questões de segurança pública, identificada como uma das principais demandas pela população. Situações sensíveis como a influência do narcotráfico, a crise migratória na fronteira norte do país (“gangues criminosas dedicadas ao contrabando e ao narcotráfico construíram meios para atravessar as fronteiras entre o Chile, Bolívia e Peru. Tais passagens não regulamentadas entre estes dois países e o Chile, principalmente na última década, também têm sido utilizadas por imigrantes sem visto,

principalmente venezuelanos.” (RFI, 2023) e os conflitos com grupos radicalizados no sul do país, em torno da questão da população Mapuche (Badiola, 2023).

Revés da constituinte

Com a magnitude dos protestos do Estalido social de 2019, em referendo de outubro de 2020 foi aprovado que seria discutida uma nova constituição, que superasse a atual, cuja origem na ditadura e preceitos neoliberais eram alvo de fortes críticas (Castro, Aras, 2022). No entanto a negativa da proposta constitucional em setembro de 2022 (com 62% de votos pelo Não) demonstrou que também havia grande resistência ao programa de reformas que Boric vinha defendendo, e a direita mostrou sua força e poder de articulação, incluindo uma forte campanha em redes sociais com uso de fake News (Peña, Silva, 2023).

Para Olgún (2023) essa derrota amplia o entendimento no governo de que terá de ser mais pragmático no diálogo com a sociedade e outras forças políticas, Heiss (2022) segue entendimento semelhante, pois a negativa a nova constituição também representava uma negativa a agenda do governo, cuja popularidade estava baixa. Em dezembro de 2022 os partidos políticos chegam a um consenso de chamar um novo processo constituinte, “Acuerdo por Chile” representava uma nova tentativa, mais moderada que a proposta anterior, e que tem por lema “una que nos una” (Heis, 2022).

Nesta segunda tentativa a configuração do processo foi muito mais protagonizada pela direita, que contava com 33 dos 51 deputados encarregados de elaborar sobre o tema (Brasil de Fato, 2023), inclusive com protagonismo do Partido Republicano de Jose Antonio Kast, ex candidato à presidência pela extrema direita (BBC, 2023).

Essa mudança gerou uma inversão e os que antes estavam pelo sim a uma nova constituição passaram a rejeitar o novo intento, tido como profundamente neoliberal (BBC, 2023). Resultando em uma nova rejeição com 55% dos votos. Com o novo rechaço Gabriel Boric confirmou que não haverá uma nova tentativa durante os anos restantes de seu mandato.

Relação com o Congresso

A relação com o Legislativo foi fator causal de várias crises presidenciais recentes na América Latina, algumas delas resultando na queda dos mandatários, por isso é um fator de análise essencial em um governo.

Com a crise dos partidos tradicionais, postos em cheque pelos recentes protestos e a eleição de um governo mais a esquerda, o cenário inicial para Boric não era fácil, para Encina (2023) o cenário era de fragmentação e veto permanente. Nesse momento inicial o que de mais destacado aprovado foram projetos relacionados a matriz energética chilena, favorecendo investimentos em energias renováveis como a eólica.

Ainda que projetos de peso como as prometidas reformas tributária e previdenciária não tenham avançado (Ex-ante, 2024), com o tempo, o governo de fato parece ter superado as dificuldades iniciais em aprovação de leis.

Um dos principais temas demandados pela sociedade chilena é a questão da segurança pública, o que não foi ignorado pelo governo. Em 1 ano e 7 meses foram aprovados 33 projetos de lei e 5 a publicar, o que é uma quantidade superior aos 4 governos anteriores em seus mandatos completos (governo do Chile, 2023).

Alguns dos Projetos de segurança aprovados:

- Agrava e aumenta as penas dos crimes, sempre que estes sejam cometidos contra crianças, ou que as afetem;
- São impostas sanções penais àqueles que trazem artigos proibidos para os estabelecimentos penitenciários;
- É criado o Serviço Nacional de Reinserção Social Juvenil;
- O Código Penal é modificado para agravar a pena do crime de sequestro;
- O Código Penal é modificado para punir a posse de elementos tecnológicos que permitem às pessoas privadas de liberdade comunicar com o mundo exterior;
- Altera a Lei de Trânsito para impedir a venda de veículos motorizados roubados e punir esses comportamentos.

O ministério da Fazenda de Mário Marcel também aprovou projetos importantes, somente no ano de 2023 foram 17 (com uma taxa de 72% de projetos enviados aprovados, foram 13 do ano e 4 do ano anterior que foram aprovados somente em 23), entre eles: reajuste geral das remunerações e benefícios dos servidores públicos; modificação do mecanismo de estabilização de preços de combustíveis, melhoria nos padrões de transparência e probidade do governo; estabelecimento de royalties mineiros para a exploração do lítio e cobre, entre outros (Hacienda, 2023).

Olhando por uma lente mais global essas aprovações fizeram parte das 210 leis aprovadas até o término de 2023, o que faz o governo Boric aquele com a maior quantidade de projetos aprovados em dois anos de governo, se comparado a todo período da redemocratização chilena

(CNN, 2023) Os ex presidentes anteriores aprovaram em seus dois primeiros anos 170 (Bachelet) e 138 (Piñera).

Portanto é possível dizer que com sua aproximação mais pragmática com setores de centro esquerda e melhor diálogo com o congresso, a relação do executivo com o legislativo está estável e não representou riscos de queda até o momento.

Relação com os movimentos sociais

Como já dito anteriormente, o governo é eleito após o principal movimento de protestos dos últimos anos no Chile, nada comparado ao Estalido social ocorreu nos dois primeiros anos de Boric como presidente, mas ainda assim há algumas questões a se atentar.

Dois meses após a posse houve uma mobilização de caminhoneiros, que bloquearam rodovias em alguns pontos do país demandando mais segurança e controle nos preços dos combustíveis (France 24, 2022) Esse setor possui grande visibilidade no Chile desde a época do governo Allende, em que protagonizou greves (ou locautes para alguns) que chegaram a boicotar o abastecimento de produtos básicos (Schatán, 2008 apud Caputo, Galarce, 2020).

Segundo Luna (2022) um desafio na relação com os movimentos seriam a questão da disputa territorial entre o povo Mapuche e moradores da região de Araucanía e outras áreas do sul do país. Por vezes esse conflito gerou mortes e violência na região.

Outra questão seria não repetir os erros de outros governos de esquerda na região, que não superaram o extrativismo típico das economias na América do Sul, hoje muito criticado por conta de ambientalistas e do avanço do aquecimento global. A exportação de minerais e metais no Chile representou cerca de 46% do total de produtos e serviços exportados em 2019, com destaque para o lítio e para o cobre, produto que o Chile é o principal fornecedor no mundo (Lara, Metzger, 2022).

Em seu programa de governo, A coalizão reconhece a questão ambiental como algo de suma importância, dizendo que deverá declarar o Chile como um Estado de emergência climática, até o momento tem feito algumas iniciativas importantes e isso parece estar sendo visto pela população, mas é um possível foco de conflitos futuros em caso da ocorrência de catástrofes climáticas ou projetos que venham a afetar o meio ambiente da região.

No terceiro aniversário do Estalido social, em 2022, houve protestos relativamente grandes e que foram duramente reprimidos pela polícia (Euronews, 2022). Em 2023 na mesma data já houve um protesto bem menor, com cerca de 200 pessoas (El país, 2023). Já no último trimestre de 2023 chegaram a haver manifestações contrárias a Boric, puxadas por setores da

direita após um suposto caso de corrupção envolvendo fundos de pensão estatal. O governo respondeu a isso convocando manifestação na frente do Palácio de La Moneda, que reuniu algumas milhares de pessoas (DW, 2023).

As métricas que avaliam a popularidade do governo de fato caíram. Após um início de mandato com 39% nos meses finais de 2023 estava em 30% (Directorio legislativo, 2023), no entanto o “crédito” que Boric possui com a população parece lhe dar relativo escudo popular, pelo menos com a parcela mais mobilizada em movimentos de rua, como foi visto nessa última manifestação: "Boric, amigo, el pueblo está contigo", diziam os manifestantes. A ver como se desenvolve a possível ameaça dos 64% que o desaprovam a fim de 2023 (Directorio Legislativo, 2023)

Caracterização do partido e diagnóstico de sua estabilidade

Pode se dizer que até agora o governo de Gabriel Boric conseguiu se manter estável. Apesar de não ter conseguido aprovar projetos importantes e a proposta de constituinte ter sido tomada pela direita e rejeitada pela população, não teve que lidar com uma crise presidencial em que seu cargo estivesse ameaçado.

Como visto anteriormente, sua aprovação na casa dos 30% em outubro de 2023 não demonstra uma popularidade tão vigorosa se comparada a outros governos na região, como Lula no Brasil e López Obrador no México (Directorio legislativo, 2023), mas por ter um certo crédito com a população que foi as ruas no Estallido e pela baixa mobilização nas ruas das forças da oposição de direita, os movimentos sociais hoje não representam uma ameaça a seu governo.

No legislativo conseguiu aprovar um número recorde de projetos de lei nos dois primeiros anos, então pode se dizer que, apesar da direita ter um número grande de parlamentares, até o momento não conseguiu ou buscou articulação suficiente para desestabilizar o governo terá um teste importante de força nas eleições municipais de 2024.

O Presidente integra um partido bastante jovem (ao fim de 2023 a Convergencia social e Revolución democrática votaram sua fusão e o Frente amplio se configurou como um partido) que não foi sempre majoritário em sua coalizão, mas que consegue por vezes aparecer como um polo mais equilibrado nas forças do Apruebo Dignidad e seguir sua linha política moderada, se em comparação com outras forças, como o Partido Comunista. A coalizão representa bem uma esquerda mais jovem, conectada com pautas ambientais e feministas, embora isso gere desafios em sua governabilidade, que não superou questões do extrativismo e problemas com

povos originários mapuche, para citar alguns exemplos. Algumas das características do partido se encaixam em uma classificação de Eleitoralista programático, “que corresponde a partidos que enfatizam o âmbito eleitoral sem perder seu conteúdo programático” (Pereira da Silva, 2011), também possui elementos dos partidos de massas classistas, como a forma de organização de suas bases “por meio de grupos organizados tanto geograficamente (comitês locais) quanto funcionalmente (os sindicatos)” (Gunther e Diamond, 2003. p.25). Segundo o estatuto do partido:

Son espacios basales de participación para el ejercicio de derechos y obligaciones de las personas afiliadas y adherentes los siguientes: a) Territorios; b) Frentes; y c) Territorio Internacional. [...]El territorio es el espacio basal de participación para el despliegue y acción tanto territorial como local del Partido, organizados a través de unidades base como son comunales, zonales o provinciales, según las características orgánicas locales. El espacio territorial mínimo corresponderá al de una comuna. Dos o más comunas colindantes podrán confluír en un mismo espacio basal, en cuyo caso se le denominará territorio [...] Los frentes son los espacios basales de participación para el despliegue, acción y generación de contenidos programáticos del Partido. Deberán orientar su acción a la vinculación con organizaciones sociales y políticas a nivel nacional y regional en lo que refiere a sus respectivos ámbitos de intervención” (Frente Amplio 2024, p. 6-7).

Na política externa seus posicionamentos se diferem de outras experiências de esquerda no continente, principalmente em questões relacionadas a Venezuela, a qual vê como um governo autoritário (O Globo, 2024).

Sobre a sua classificação entre um governo renovador ou refundador é preciso dizer que o ímpeto inicial da candidatura e a importância que dava para o processo constituinte mostra claro aceno a uma refundação do sistema político chileno, porém até o momento isso não se concretizou e parece difícil que se concretize até o fim do primeiro mandato, em 2026. É um governo reformista (ainda que parte de sua base social seja mais ligada à esquerda radical, que defende a via revolucionária), eleito pelas vias legais e com respeito as instituições da democracia representativa do país, portanto concretamente hoje se enquadra como renovador. Ratificando essa hipótese, na página institucional do Frente amplio se diz:

El Partido impulsa su proyecto político por lavía pacífica e institucional, comprometiéndose con el fortalecimiento de la democracia y el respeto, garantía y promoción de los derechos humanos asegurados en la Constitución, en los tratados internacionales ratificados y vigentes en Chile, y en las leyes (Frente amplio, 2024).

Colômbia

Contexto prévio

Sobre a Colômbia, assim como o Chile o país viveu anos recentes com grandes protestos sociais, com destaque para 2021, em que mesmo com a pandemia, milhares de pessoas foram às ruas, protestando contra o desemprego e piora na economia, o que o governo de Ivan Duque vinha respondendo com violência policial e medidas regressivas como aumentar os impostos sobre a classe média-baixa (France24, 2022). Após quatro dias de intensos protestos e até mortes de manifestantes, o governo recuou com a referida reforma tributária "Ley de Solidaridad Sostenible".

Para além das condições conjunturais de 2021, a população colombiana, em especial setores como a juventude, sofria há anos com os efeitos do neoliberalismo e de muita violência política contra lideranças populares (Acelas; Perales, 2021). Voltando um pouco mais no tempo:

la aplicación del neoliberalismo en Colombia se inicia en los gobiernos de Virgilio Barco (1986-1990) y César Gaviria Trujillo (1990-1994), dando paso a la desestructuración del inconcluso Estado benefactor implementado durante el siglo XX. La privatización de los sectores de educación y salud produjo que estos derechos consagrados por la Constitución de 1991 se convirtieran en servicios públicos congestión privada y limitados en su acceso. Asimismo, la llegada de capitales extranjeros se enfocó en la explotación de los recursos naturales (energía, petróleo, oro) a partir de concesiones y en la privatización de empresas de servicios públicos (Martínez, 2014 apud Bojorquez Luque; Correa Ramírez; Gil Perez, 2022).

Então o que a princípio foram protestos convocados por setores mais tradicionais da esquerda como centrais sindicais, professores e movimentos sociais, rapidamente tomou outra dimensão quando jovens tomaram as ruas das principais cidades do país.

Esse ímpeto popular teve influência na eleição do primeiro governo de esquerda da história colombiana. Em junho de 2022 após um apertado segundo turno, a chapa do Pacto Histórico composta por Gustavo Petro e Francia Márquez venceu com 50,49% dos votos, contra 47,25% de Rodolfo Hernández (G1, 2022).

A composição da chapa e da coalizão de certa forma ajuda a explicar a trajetória da esquerda no país. Petro militou no grupo M19 que tinha táticas de guerrilha e chegou a ser preso por 18 meses por porte ilegal de arma de fogo. Segundo Petro, foi torturado durante esse período de reclusão. Em 1990 o grupo abandona as ações armadas e se legaliza como partido político Aliança Democrática M19. Foi deputado, senador, prefeito de Bogotá e já havia sido candidato a presidência em 2018 (G1, 2022), o que o colocava como uma das principais lideranças da

esquerda no país, e representante dessa mudança de tática, com o abandono da luta armada por uma aposta nas vias institucionais.

Já Francia Márquez tem sua origem política ligada a movimentos sociais contra a mineração e foi presidente da Associação de Mulheres Afrodescendentes de Yolombó (G1, 2022). Chegou a ser pré candidata a presidência, mas optou por compor chapa sendo vice de Petro, o que também representa toda uma aproximação da esquerda com movimentos ambientalistas e feministas, que hoje são pautas com maior protagonismo que outrora.

Portanto, o Pacto Histórico se forma como uma coalizão com diferentes setores da esquerda alguns meses antes das eleições, em fevereiro de 2021, em que diversas forças políticas (Polo Democrático Alternativo, Colombia Humana, la Unión Patriótica, el Movimiento Alternativo Indígena y Social (MAIS), Todos Somos Colombia, el Partido del Trabajo de Colombia (PTC), el Partido Comunista Colombiano, Unidad Democrática Amplia (UD) y Alianza Progresista, Poder Ciudadano Siglo XXI, Autoridades Indígenas de Colombia entre outras lideranças e movimentos) (Razon Pública, 2024). Apesar das semelhanças referentes aos protestos que antecederam a eleição, um cenário histórico bastante particular na Colômbia.

Governo Gustavo Petro (no período 2022-2023)

Tomando posse em agosto de 2022, o governo do Pacto Histórico do presidente Petro e sua vice Francia Márquez se elegeram prometendo transformações estruturais na questão ambiental, econômica entre outras (Gamboa, 2023). Para concretizar isso propuseram um pacote com cinco grandes reformas, previdenciária, trabalhista, de saúde, tributária e reforma política, além de um plano de paz (“Paz total”) que envolve conduzir negociações pelo cessar fogo com grupos armados ainda atuantes.

Segundo palavras do presidente:

Aquílo que se propone es un pacto social, para que la oligarquía colombiana ceda en sus privilegios y permita construir una democracia y la paz. No hay mucho tiempo para ese pacto, quizás mis palabras sean tomadas como una necesidad, no como el aprendizaje de la historia de Colombia (Presidencia de la República, 14 de febrero de 2023, párr. 116 apud Pastrana, Veloso, Vera, 2023).

Existe uma busca por responder às expectativas da base social que elegeram o governo, marcadamente uma parcela mais jovem da população e que demanda um Estado mais atuante

nos investimentos sociais e que atue contra a desigualdade tão presente na Colômbia (Bitar; Tolosa Bello; Tolosa Bello, 2023).

De acordo com a pesquisa desses autores as pautas econômicas como maior presença do Estado na saúde, na exploração de petróleo e outros serviços públicos é um ponto prioritário. Outras pautas muito lembradas durante a campanha e que são alvo de interesse dos apoiadores é a questão da legalização das drogas, ampliação de direitos reprodutivos, combate a violência policial. Estando agora no governo está posto o desafio de como avançar nisso em um país de histórico conservador e pouco afeito a mudanças do tipo.

Em discurso na Assembleia geral da ONU, em setembro de 2022, Petro foi bastante incisivo pela causa ambiental e contra a “fracassada” guerra às drogas. Colocou a Colômbia como uma “peça chave contra o modelo consumista imposto pelas potências do norte global” (Pacheco, 2022 apud Canchila-Velilla; Betancur; Torres-Raigoza; Valbuena-Molina 2023).

Ainda sobre questões internacionais, Petro tem sido uma das lideranças internacionais que mais defende o reconhecimento do Estado Palestino. Lamentou as mortes de cidadãos israelenses no final de 2023, mas criticou ações do governo de Israel contra civis palestinos em mais de uma ocasião, o que foi tido para ele como uma resposta desproporcional aos ataques do Hamas (Nacla, 2024).

Um foco de críticas a Gustavo Petro iniciado no fim de 2023 tem sido uma situação em que seu filho, Nicolás Petro, está envolvido (El país, 2023). Uma acusação de enriquecimento ilícito e lavagem de dinheiro durante o período de campanha de seu pai o levaram a ser investigado. Nicolás nega as acusações e segundo suas palavras, a procuradoria o investiga para que ele se converta em uma arma contra o governo de seu pai. Até o momento essa situação gerou críticas por parte da oposição, que tenta colar no governo a imagem de corrupto, a ver como isso se desenvolve no decorrer das investigações.

Vejamos mais detidamente como está sendo até o momento a relação do governo com o congresso e com os movimentos sociais.

Relação com o Legislativo

Em um país com histórico de governos de direita era esperado que o governo encontrasse dificuldades com o Legislativo e de fato é o que vem ocorrendo na gestão de Petro. Na composição da câmara o Pacto Histórico conta com 28 deputados, se somado aos 23 deputados de outras forças de esquerda como Comunes e Alianza verde alcança 51 deputados, de um total

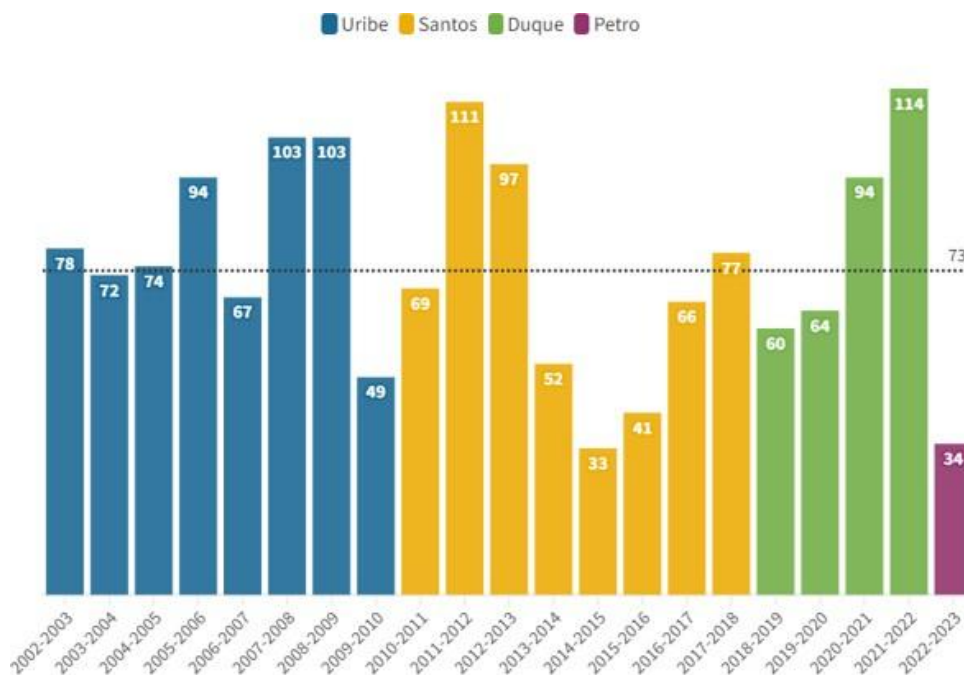
de 188 cadeiras. Já no senado são 20 representantes do Pacto Histórico e 38 no total da esquerda, com 70 senadores de direita ou centro.

Nos primeiros meses de governo o Pacto Histórico conseguiu ampliar sua margem de manobra, com acordos que fizeram com que a maioria dos parlamentares/partidos se declarasse oficialista (governista), agregando o Partido de La U, Partido Conservador, Partido Liberal entre outros agrupamentos, somando 75% na Câmara e 70% no Senado (Valora Analitik, 2022).

No entanto essa maioria foi sendo reduzida com o passar do tempo. Em 2023 O partido de la U e o Partido conservador se declararam independentes (Directorio Legislativo, 2023), com 41 deputados e 25 senadores, esse foi um afastamento bastante relevante e que traz efeitos práticos.

Comparando com os três governantes que o precederam, o número de leis aprovado no primeiro ano foi cerca de 50% menor, com apenas 34 aprovadas, número que só é maior que o número de leis de 2014-2015 do governo Juan Manoel Santos.

Gráfico 3 – Leis aprovadas por ano legislativo e governo, 2002-2023



Fuente: MPIAL-DL en base a datos oficiales. Actualizado al 19 de julio 2023.

Fonte: Directorio legislativo (2023)

O baixo número de leis aprovadas pode se explicar pelas longas horas de negociação necessárias para cada uma delas, “por cada ley sancionada en 2022-2023 se realizaron um

promedio de 4 sesiones plenarias, 6 reuniones de comisión en Representantes y 6 audiencias públicas” (Directorio legislativo, 2023)

Apesar de ter conseguido aprovar projetos importantes como a lei que definiu o marco jurídico do programa “Paz total” e a reforma tributária (Congreso Al Mano, 2024), esses dados denotam uma dificuldade na relação com o congresso, em que a esquerda já ocupa posição minoritária e vem tendo dificuldades de aprovação, por vezes tendo que negociar lei a lei. Em uma eventual crise presidencial dificilmente esse poder se configuraria como um escudo para Petro, se apresentando como uma possível ameaça.

Gráfico 4 – Composição do congresso colombiano

¿Con qué Congreso tendrá que trabajar Petro?



Fonte: Directorio legislativo (2023)

Relação com os movimentos sociais

O Pacto Histórico forma um governo a partir da junção de inúmeros partidos e movimentos sociais, intuitivamente isso indica que haverá facilidade nessa relação durante o mandato, o que não necessariamente se concretiza quando há uma sociedade profundamente

polarizada (haja vista o resultado eleitoral apertado) e com movimentos oposicionistas, ligados a lideranças de direita que também apostam em movimentos nas ruas.

Segundo Gamboa (2023), uma parte da oposição a Petro chega a negar sua legitimidade e parte para táticas de radicalização contra o governo. Usando linguagem bem característica de setores da extrema direita (anticomunista, antiglobalista...) esses setores desde o início já se colocam como ameaça a estabilidade presidencial.

Em 2022 já ocorrem os primeiros protestos com apenas dois meses de governo. Marchas em cerca de 20 cidades protestam contra os projetos de reformas (tributária, de saúde, do trabalho) do governo e contra alta de preços, chegando a usar palavras de ordem como “No más Petro” (DW 2022). O caráter de classe pode ser visto quando essas manifestações se dizem contrárias a reforma laboral pois esta traria mais custos aos empresários e assim dificultaria acesso ao emprego, uma visão liberal e muito associada ao empresariado colombiano. A questão de ser uma mobilização de veto a propostas do governo, sem sequer apresentar uma agenda propositiva também denota um objetivo de fragilizar Petro.

Nesse primeiro momento, no entanto, as manifestações não foram suficientes para barrar a aprovação da reforma tributária proposta pelo governo (Brasil de Fato, 2022).

Em junho de 2023 novamente protestos contra as reformas de Gustavo Petro, reunindo cerca de 92 mil pessoas pelo país (France24, 2023). Outra pauta dos manifestantes é a contrariedade aos acordos de paz com grupos armados que o governo vem tentando. Na mesma semana dos protestos a reforma trabalhista foi arquivada por falta de quórum no legislativo, o que mostra que a continuidade dos protestos tem se refletido na piora da relação executivo-legislativo.

Respondendo a retirada de pauta das reformas propostas centrais sindicais (como a Confederación General del Trabajo (CGT), a Central Unitaria de Trabajadores de Colombia (CUT), a Confederación de Trabajadores de Colombia (CTC), entre outros) e movimentos sociais também foram às ruas em junho de 2023 para respaldar o governo e defender o avanço das reformas sociais (As, 2023).

No quesito popularidade Ivan Duque terminou seu mandato oscilando entre 26% e 29% de aprovação, e nos primeiros meses de governo, Petro já dobra esse patamar, com 60% de aprovação da população, com um ano de governo cai para 36% e ao fim de 2023 conta com apoio de 34%. (Directorio legislativo, 2023).

Vemos a continuidade de um cenário polarizado mesmo após o término da eleição, nos dois primeiros anos do governo isso não foi suficiente para uma crise em que se cogitasse sua queda, mas tampouco pôde usufruir de um escudo popular sem opositores fortes.

Caracterização do Pacto Histórico e da estabilidade do governo

O Pacto Histórico é uma coalizão bastante diversa e, apesar de recentes movimentos para que se converta em um partido (InfoBae, 2024), isso ainda não ocorreu e o recorte da pesquisa é entre 2022 e 2023.

Para Grisalhes (2022) Petro estaria enquadrado em uma lógica populista por denunciar a classe política do país como degradada e colocar povo e elites como grupos antagônicos. Além disso, Petro não seria socialista, mas sim socialdemocrata, que visaria humanizar o capitalismo e promover maior integração econômica e diminuição da desigualdade.

Analisando mais detidamente o Colombia Humana, partido de Gustavo Petro, em seu site oficial (<https://www.colombiahumana.co/>) basicamente há uma funcionalidade de agendar uma assembleia e checar o calendário das assembleias locais já marcadas, sem maiores informações sobre o partido, estatuto ou coisa que o valha. Há outro endereço (<https://colombiahumana.com.co/>) que parece anterior, em que constam alguns registros de assembleias locais e uma ata fundacional, datada de 2018.

Nessa ata podemos ver alguns trechos que ajudam a explicar o funcionamento partidário:

- “A través del presidente Gustavo Petro, el pueblo se há constituido en poder y el compromiso, como Militantes y Simpatizantes de Colombia Humana...” (Colombia Humana, 2018) Mostra a relevância da figura pessoal de Petro como elemento aglutinador.
- “Los territorios se empoderarán, elaborarán su próprio plan de acción y serán responsables de sujecución de acuerdo con sus capacidades. Se buscará que el movimiento no tenga los vicios de los partidos tradicionales y para ello cada territorio también elaborará su propio código de valores.” (Colombia humana 2018). Um movimento que critica a forma partido tradicional e possui regras mais fluídas.
- Chega a definir alguns órgãos do partido, como a Assembleia municipal, que seria a principal instância do movimento, e conselho de controle ético, auditor interno, entre outros. Sem grandes aprofundamentos em cada um deles.

A coalizão em si tampouco tem um site ou estatuto divulgados e algumas de suas redes sociais são pouco atualizadas. A semelhança de casos como o Equador quando da eleição de Rafael Correa (Borón et al, 2020), Petro se elege sem um grande partido já institucionalizado, mas busca durante o governo fazer movimentos para que sua coalizão venha a se tornar este partido.

Pela tipologia de Gunther e Diamond (2003), presente na obra de Pereira da Silva (2011), tanto o Colombia Humana como a coalizão Pacto Histórico teriam elementos de partidos personalistas, movimentistas e programático eleitorais, isto é:

Tem elementos personalistas pelo caráter ferramental que o partido e a coalizão tiveram, com objetivo principal da eleição de Gustavo Petro, cuja figura centralizou distintos movimentos do país sem ter uma estrutura partidária mais tradicional, tendo ainda uma organização frágil.

Pela fluidez organizativa, dificuldade de identificar fronteiras entre militantes e simpatizantes e modelo de organizar “Assembleias”, também pode ser dito que tem traços de partido movimento, ou movimentista. Vides (2023) classifica o Colombia Humana como partido movimento, destacando também sua ação extra institucional.

E por fim, apesar de não possuir um programa claro explícito publicamente, a composição do governo e sua atuação possui bastante traços ideológicos de esquerda, trazendo a pauta feminista, ambientalista e antiimperialista com destaque em muitos discursos e ações. Por isso pode ser considerado também como um partido eleitoralista programático.

A ver como o Colombia Humana e o Pacto Histórico se desenvolvem nos próximos anos, possivelmente caminhando para uma das categorias mais predominantemente.

Quanto a divisão entre esquerda renovadora e refundadora, nos anos estudados se manteve como renovadora, conduzindo algumas reformas bastante importantes, mas sem refundar o sistema político colombiano para além da retórica. Em 2024 Petro passa a falar mais abertamente na possibilidade de uma constituinte (InfoBae, 2024), o que poderia mudar isso, mas que hoje é apenas uma hipótese.

Pela teoria dos dois níveis em relação a estabilidade presidencial Petro parece contar com uma ameaça mais clara no Congresso, em que a inicial maioria conseguida não se mostrou muito sólida, mas ainda conserva um relativo escudo popular, apesar dos protestos contrários e da queda de sua popularidade. O fato de seus apoiadores se concentrarem em parcelas específicas da população (em especial os jovens e cidadãos de Bogotá e algumas localidades periféricas do país), que tem respondido seu chamado quando convocados a defender o governo, mostra que ainda é relevante e dinâmica sua base social e isso foi fundamental para a manutenção da estabilidade nesses dois primeiros anos.

Conclusão

Após análise dos casos chileno e colombiano é possível identificar semelhanças e diferenças. Autores Como Sandoval Becerra (2023) classificam o atual momento como uma nova onda rosa, para outros seria uma continuidade de um mesmo processo iniciado nos anos 2000. Independente desse debate, a esquerda na região mostrou vigor nas recentes vitórias, mesmo após anos de ascenso da extrema direita, Lawfare e vários casos do que se denomina como neogolpes, um novo modelo de destituição de presidentes em que há toda uma suposta legalidade e protagonismo do legislativo (Coelho, 2016).

Essas vitórias, no entanto, não isentam esses governos de risco. Os dois primeiros anos de governo foram relativamente estáveis, mas não sem percalços. Embora ambos tenham sido eleitos já conhecendo experiências anteriores de governos de esquerda na região, o nível das ameaças da oposição (inclusive em parte com discursos antidemocráticos) e a ainda recente história de seus partidos coloca um sinal de alerta, já que não se tem escudos tão fortes contra uma possível crise presidencial.

Com todos os limites dos governos da onda rosa, eles tiveram um legado de incluir populações antes marginalizadas em políticas públicas, garantindo maior acesso a educação e outros serviços, o que também produziu uma esquerda com maiores preocupações ambientais, feministas, antirracistas e com os trabalhadores mais precarizados, que por muito tempo ficaram de fora das tradicionais lutas sindicais. Em alguns casos se permitiu inclusive retomar uma visão mais esperançosa de futuro ou horizonte estratégico, como foi o Bem Viver (Güemes, 2024).

Ambos os governos analisados foram eleitos recentemente, na esteira de grandes mobilizações sociais que pautaram esses temas e foram contra o consenso neoliberal que dominou a região por muito tempo. Responder a essas demandas juntamente com a aplicação de uma política pragmática que evite crises será o principal desafio da gestão de Gustavo Petro e Gabriel Boric.

Sobre a hipótese, com os estudos desenvolvidos foi possível identificar a congruência da hipótese levantada com a realidade, confirmando a semelhança das ameaças sofridas por esses governos, as possíveis crises e também os novos elementos que diferenciam em algum grau essa esquerda no poder no Chile e Colômbia de outras experiências anteriores no continente, a exemplo da onda rosa.

Importante ressaltar que o recorte temporal estudado se limitou a 2022 e 2023, não incluindo dados ou análises posteriores, como por exemplo do fim do governo Boric sem a

reeleição e os recentes conflitos de Gustavo Petro com o governo de Donald Trump nos EUA a beira de uma nova eleição colombiana. São elementos essenciais para próximos passos de pesquisa e futuros aprimoramentos das caracterizações e do balanço do que foram esses governos.

Referências

BADIOLA, Cristóbal Bellolio. **Gabriel Boric o las peripecias de los hijos de la transición chilena**. Nueva Sociedad 305. Mai.-Jun. 2023.

BBC. **Chile rejeita projeto de constituição liderado pela direita**. 17 de dez. 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cd1mezr30eyo> Acesso em 16 de jul. 2024.

BIBLIOTECA DEL CONGRESO NACIONAL DE CHILE. **Partido Convergencia Social**. Disponível em: https://www.bcn.cl/historiapolitica/partidos_politicos/wiki/Partido_Convergencia_Social Acesso em 09 de jul. 2024.

BITAR, Sebastián; CAMILO, TOLOSA BELLO; Saruy Camilo; TOLOSA BELLO, Yachay Julián. Gustavo Petro y el triunfo de la izquierda en Colombia: análisis de las preferencias de voto en la primera vuelta presidencial de 2022. **Colombia Internacional**, n. 116 p. 103 - 132. 2023.

BOJÓRQUEZ LUQUE, J.; CORREA RAMÍREZ, J. J. .; GIL PEREZ, A. P. Neoliberalismo autoritario y geografías de la resistencia. El Gran Paro Nacional en Colombia, 2021. **Bitácora Urbano Territorial**, [S. l.], v. 32, n. 3, p. 137–149, 2022. DOI: 10.15446/bitacora.v32n3.101402. Disponível em: <https://revistas.unal.edu.co/index.php/bitacora/article/view/101402>. Acesso em: 7 ago. 2024.

BORÓN, Atilio et. al.. **América Latina na encruzilhada: Lawfare, golpes e luta de classes**, 2020. Ed. Autonomia Literária, São Paulo.

BR INVESTING. **Taxa de desemprego no Chile**. 31 de jul. 2024. Disponível em : <https://br.investing.com/economic-calendar/chilean-unemployment-rate-488> Acesso em 01 de ago. 2024.

CANCHILA VELILLA, M. A.; TORRES RAIGOZA, J. E. .; GÓMEZ BETANCUR, J. J.; VALBUENA MOLINA, B. Condiciones de posibilidad de la política exterior colombiana en el gobierno de Gustavo Petro frente a la emergencia climática y la problemática ambiental. **Ratio Juris UNAULA**, v. 18, n. 36, p. 73–88, 2023.

CAPUTO, Orlando; GALARCE, Graciela. Economía y correlación de fuerzas en el gobierno de Allende 1970-1973. **Le Monde Diplomatique**. 25 SET. 2020. Disponível em: <https://www.lemondediplomatique.cl/economia-y-correlacion-de-fuerzas-en-el-gobierno-de-allende-1970-1973-por.html> Acesso em 01 de ago. 2024.

CASTRO, Marcial Humberto Saavedra; ARAS, Lina Maria Brandão de. Chile e o governo de Gabriel Boric: um desafio político e social. **Revista de Políticas Públicas**, v. 26, n. 2, p. 526–540, 14 Jan 2023.

CINZENTO, Victor. Quem é Francia Márquez, advogada, ex-trabalhadora doméstica e primeira mulher negra a ocupar a vice-presidência da Colômbia. **G1**. 19 de jun. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2022/06/19/quem-e-francia-marquez-advogada-ex-trabalhadora-domestica-e-primeira-mulher-negra-a-ocupar-a-vice-presidencia-da-colombia.ghtml> Acesso em 15 de jul. 2024.

CHECHILNITZKY, Alexandra. Cuenta Pública: Sólo 9 de 32 proyectos mencionados por Boric hace un año fueron despachados a ley por el Congreso. **EX-ante**. 28 de mai. 2024. Disponível em: <https://www.ex-ante.cl/cuenta-publica-solo-9-de-32-proyectos-mencionados-por-boric-hace-un-ano-fueron-despachados-a-ley-por-el-congreso/> Acesso em 19 de jul, 2024.

CNN CHILE. **Con 210 proyectos**: Periodo de Boric es el que ha aprobado más leyes en sus primeros dos años desde el retorno a la democracia. 28 de dez. 2023. Disponível em: https://www.cnnchile.com/pais/gestion-boric-mayor-cantidad-proyectos_20231228/ Acesso em 21 de jul. 2024.

COELHO, André Luiz. Um Novo Modelo de Destituição de Mandatários ou a Releitura de Velhas Práticas? Reflexões sobre a instabilidade presidencial contemporânea na América Latina. **Revista Brasileira de Estudos Políticos** | Belo Horizonte | n. 113 | pp. 11-50 | jul./dez. 2016

COLOMBIA HUMANA. 2018. Disponível em: <https://colombiahumana.com.co/> Acesso em 24 de jul. 2024.

CONGRESSO AL MANO. **Así se votó la iniciativa**. Disponível em: <https://congresoalamano.elespectador.com/proyecto-perfil/220001/> Acesso em 01 de ago. 2024.

DAZA, Javier Duque. El Pacto Histórico: ¿de una coalición a un partido político? **Razon publica** 28 jan, 2024. Disponível em: <https://razonpublica.com/pacto-historico-una-coalicion-partido-politico/> Acesso em 05 de ago. 2024.

DATOS MACRO. **Expansión**. Mejora el PIB en Chile. 2023. Disponível em: <https://datosmacro.expansion.com/pib/chile?anio=2022> Acesso em 30 de jul. 2024.

DE LA FUENTE, Antonieta. El PIB de Chile sube un 0,2% en 2023: “Este es el año del despegue”, promete Boric. 18 mar. 2024. **El País**. Disponível em: <https://elpais.com/chile/2024-03-18/el-pib-de-chile-sube-un-02-en-2023-este-es-el-ano-del-despegue-dice-el-presidente-boric.html> Acesso em 01 ago. 2024.

DIRECTORIO LEGISLATIVO. 2022. **Boric triunfa y se convertirá en el próximo presidente en marzo**. Disponível em: <https://directoriolegislativo.org/es/boric-triunfa-y-se-convertira-en-el-proximo-presidente-en-marzo-2022/> Acesso em: 10 de jul. 2024.

DIRECTORIO LEGISLATIVO. **Como Cierra el primer año legislativo del gobierno de Petro.** 2023. Disponível em: <https://directoriolegislativo.org/es/como-cierra-el-primer-ano-legislativo-del-gobierno-de-petro/> Acesso em 10 de jul. 2024.

DIRECTORIO LEGISLATIVO. **Gustavo Petro es el nuevo presidente de Colombia.** 2022. Disponível em: <https://directoriolegislativo.org/es/gustavo-petro-es-el-nuevo-presidente-de-colombia/> Acesso em 08 de jul. 2024.

DW. **Manifestaciones a favor y en contra de Boric en Santiago.** 01 de out. 2023. Disponível em: <https://www.dw.com/es/manifestaciones-a-favor-y-en-contra-de-boric-tras-ca%C3%ADda-de-encuestas/a-66973164> Acesso em 22 de jul. 2024.

ENCINA, Carlos Ruiz. El ajuste de las expectativas del gobierno de Boric: Hacia una agenda verde capaz de relanzar el crecimiento. **Análisis Carolina**, n. 9, Madrid, Fundación Carolina, 2023.

FIGUEIREDO, Janaina. Eleição de Boric, presidente mais votado da História do Chile, trouxe à memória plebiscito que marcou fim da ditadura de Pinochet. **O Globo**. 19 de dez. 2021. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/eleicao-de-boric-presidente-mais-votado-da-historia-do-chile-trouxe-memoria-plebiscito-que-marcou-fim-da-ditadura-de-pinochet-1-25326110> Acesso em 10 de jul. 2024.

FLOURISH. **Ranking de imagen presidencial en America Latina.** Disponível em: <https://public.flourish.studio/story/2082633/> Acesso em 11 de jul. 2024.

FRANCE 24. **La inflación de Chile cierra el 2023 en 3,9%.** 9 jan. 2024. Disponível em: <https://www.france24.com/es/minuto-a-minuto/20240109-la-inflaci%C3%B3n-de-chile-cierra-el-2023-en-3-9> Acesso em 27 jul. 2024.

FRANCE 24. **Miles protestaron en Colombia contra el Gobierno de Petro mientras caía la reforma laboral.** 21 de jun. 2023. Disponível em: <https://www.france24.com/es/am%C3%A9rica-latina/20230621-miles-protestan-en-colombia-contra-el-gobierno-de-petro-mientras-cae-la-reforma-laboral> Acesso em 24 de jul. 2024.

FRENTE AMPLIO. **Estatuto.** 13 de mai. 2024. Disponível em: <https://frenteamplichile.cl/nosotros/estatutos/> Acesso em 23 de jul. 2024.

GAMBOA, Laura. Incertidumbre y oposición: la derecha ante el gobierno de Gustavo Petro. **Nueva Sociedad**. N. 305 Mai-Jun 2023. Disponível em: <https://nuso.org/articulo/305-incertidumbre-oposicion-derecha-ante-gobierno-petro/> Acesso em 15 de jul. 2024.

GARCÍA ACELAS, M.; ARIAS PERALES, I. La juventud como protagonista en el último ciclo de protestas en Colombia: Nuevas narrativas y disputas ante el aislamiento. **Revista Argentina de Estudios de Juventud**, [S. l.], n. 15, p. e056, 2021. DOI: 10.24215/18524907e056.

GOBIERNO de CHILE. **Gobierno logra la mayor cantidad de proyectos aprobados en seguridad.** 20 de out. 2023. Disponível em: <https://www.gob.cl/noticias/gobierno-logra-la-mayor-cantidad-de-proyectos-aprobados-en-seguridad/> Acesso em 16 de jul. 2024.

GRISALES, Yenifer Tamaio. ¿Una apuesta por el populismo? Movilización ideológica en las elecciones presidenciales de 2022: Gustavo Petro y Rodolfo Hernández. **Revista Debates** n. 88. 2022.

GÜEMES, Cecília. "Visiones de futuro de los gobiernos progresistas de América Latina", **Análisis Carolina**, nº 10, Madrid, Fundación Carolina, 2024.

GUNTHER, Richard; DIAMOND, Larry. Espécies de partidos políticos: uma nova tipologia. **Paraná Eleitoral** v. 4 n. 1 p. 7-51. 2015.

JIMENEZ-YANEZ, César. #Chile despertó: causas del estallido social en Chile. **Rev. Mex. Sociol.**, Ciudad de México, v. 82, n. 4, p. 949-957, dic. 2020 .

LADEIRA, Sávio. Gustavo Petro: saiba quem é o ex-guerrilheiro que foi eleito o primeiro presidente de esquerda da Colômbia. **G1**, 19 jun. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2022/06/19/quem-e-gustavo-petro-ex-guerrilheiro-que-foi-eleito-o-primeiro-presidente-de-esquerda-da-colombia.ghtml> Acesso em 15 de jul. 2024.

LA NETA. ¿Cómo se componen las fuerzas políticas en el Senado y la Cámara de Diputados y Diputados? 14 set. de 2022. Disponível em: <https://laneta.cl/como-se-componen-las-fuerzas-politicas-en-el-senado-y-la-camara-de-diputadas-y-diputados/> Acesso em 15 de jul. 2024.

LEVINE-DRIZIN, Gabe. **Gustavo Petro se mantiene firme respecto a Palestina**. Nacla. 16 abr. 2024 Disponível em <https://nacla.org/gustavo-petro-se-mantiene-firme-palestina> Acesso em 07 ago. 2024.

MALAMUD, Carlos; CASTELLANO, Rogelio Nuñez. Elecciones en Colombia de la polarización y fragmentación electoral al reto de gobernabilidad para Gustavo Petro. **Análisis del Real Instituto Elcano (ARI)**. n. 50, 2022.

Mello, Michele de. Congresso da Colômbia aprova reforma tributária proposta pelo governo Petro. **Brasil de fato**. 4 de nov. 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/11/04/congresso-da-colombia-aprova-reforma-tributaria-proposta-pelo-governo-petro> Acesso em 23 de jul. 2024.

MINISTERIO de HACIENDA CHILE. **Ministerio de Hacienda cierra 2023 con 17 proyectos de Ley aprobados por el Congreso**. 29 de dez. 2023. Disponível em: <https://www.hacienda.cl/noticias-y-eventos/noticias/ministerio-de-hacienda-cierra-2023-con-17-proyectos-de-ley-aprobados-por-el> Acesso em 20 de jul. 2024.

MONCAU, Gabriela. Um ano após o 'não', nova Constituição chilena está em aberto e nas mãos de parlamentares de direita. 4 de set. 2023. **Brasil de Fato**. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/09/04/um-ano-apos-o-nao-nova-constituicao-chilena-esta-em-aberto-e-nas-maos-de-parlamentares-de-direita> Acesso em 17 de jul. 2024.

MORALES, Carolina. **Marchas 7 de junio 2023**: ¿quiénes participan, en qué ciudades se hará y cuáles son los motivos de la protesta? As. 6 de jun. 2023. Disponível em:

<https://colombia.as.com/actualidad/marchas-7-de-junio-2023-quienes-participan-en-que-ciudades-se-hara-y-cuales-son-los-motivos-de-la-protesta-n/> Acesso em 07 de ago. 2024.

PASTRANA BUELVAS, Eduardo; VELOSA, Eduardo; VERA, Diego. Política exterior colombiana: la agenda de Gustavo Petro. Bogotá: Fundación Konrad Adenauer, 2023

PAUL, Fernanda. 3 claves que explican por qué Chile rechazó la segunda propuesta para cambiar la Constitución (y qué pasa ahora). **BBC**. 18 de dez. 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cd1mezr30eyo> Acesso em 19 de jul. 2024.

PEREZ-LINAN, Aníbal. A Two-Level Theory of Presidential Instability. **Latin American Politics and Society** n. 56(1): p. 34–54. 2014.

PEREIRA DA SILVA, Fabrício. **Vitórias na crise** – Trajetórias das esquerdas latino-americanas contemporâneas. Rio de Janeiro: Ed. Ponteio, 2011.

QUESADA, Juan Diego. Nicolás Petro irá a juicio al dejar de colaborar con la Fiscalía: “Me han presionado para convertirme en un arma contra mi padre”. **El país**, 25 set. 2023. Disponível em: <https://elpais.com/america-colombia/2023-09-25/nicolas-petro-ira-a-juicio-al-dejar-de-colaborar-con-la-fiscalia.html> Acesso em: 06 ago. 2024.

RIERA BOSQUED, Lucia. Masivas protestas y disturbios en Chile en el aniversario del estallido social de 2019. **Euronews** 19 de out. 2022. Disponível em: <https://es.euronews.com/2022/10/19/masivas-protestas-y-disturbios-en-chile-en-el-aniversario-del-estallido-social-de-2019> Acesso em 22 de jul. 2024.

RODRÍGUEZ, Mario Alejandro. Gustavo Petro por fin se destapó con la constituyente: así le pidió al Congreso que la convoque. **InfoBae**. 27 de mai. 2024 Disponível em: <https://www.infobae.com/colombia/2024/05/27/gustavo-petro-por-fin-se-destapo-con-la-constituyente-asi-le-pidio-al-congreso-que-la-convoque/> Acesso em 25 de jul. 2024.

SOMMA, N. M.; DONOSO, S. Renovando la arena política: estallido social, cambio constitucional y nuevo Gobierno en Chile. **Revista Mexicana de Política Exterior**, [S. l.], n. 122, p. 147–161, 2022. Disponível em: <https://revistadigital.sre.gob.mx/index.php/rmpe/article/view/2535>. Acesso em: 16 ago. 2024.

SANDOVAL BECERRA, **Yeraldo**. ¿Nueva marea rosa? Sus implicaciones y retos. *Divergencia*. N. 29, p. 11–18, 2023.

TRADING ECONOMICS. **Unemployment-rate**. Disponível em: <https://pt.tradingeconomics.com/chile/unemployment-rate> Acesso em 01 ago. 2024.

VALENZUELA, Arturo. Latin American Presidencies Interrupted. **Journal of Democracy**, vol. 15, n. 4, Out, p. 5-19. 2004.

VALORA ANALITIK. **Gobierno Petro**: estos serán los partidos oficialistas, independientes y de oposición. 9 de set. 2022. Disponível em: <https://www.valoraanalitik.com/gobierno-petro-partidos-oficialistas-independientes-oposicion/> Acesso em 16 de jul. 2024.

VEGA CANTOR, Renan. Colombia y geopolítica hoy. *Ágora U.S.B.*, Medellín, v. 12, n. 2, p. 367-402, dez. 2012.

VIDES, Camilo González. Petro y el pacto histórico: una aproximación sobre el giro a la izquierda en Colombia. **Revista de Ciencia Política** Vol. 61, Nº 1, 2023.

VIEGAS, Camila. Chile aumenta controle nas fronteiras do norte para conter imigração. **RFI**. Publicado em: 06 de mar. 2023. Disponível em: <https://www.rfi.fr/br/podcasts/linha-direta/20230306-chile-aumenta-control-e-nas-fronteiras-do-norte-para-conter-imigra%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em 01 de ago. 2024.